

Nova versão do Pró-DF

Empresas prejudicadas por concorrentes vinculados ao programa terão direito a benefícios

O Programa de Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal (Pró-DF) terá uma nova versão. O objetivo é aperfeiçoar e ampliar o programa, nas questões relativas aos benefícios e aos procedimentos operacionais. Ao elaborar a nova versão do programa, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do DF também se preocupou em fazer as adaptações necessárias às novas regras que serão implementadas pela reforma tributária, que está sob a análise do Congresso Nacional.

As mudanças entre a primeira e a segunda versões do Pró-DF estão centralizadas nos benefícios de crédito, fiscais, econômicos e de capacitação empresarial. Uma das novidades é a introdução do regime compensatório de competitividade. Na prática, isso significa que as empresas que estiverem fora do programa e que, comprovadamente, forem prejudicadas por concorrente beneficiada pelo Pró-DF passarão a ter direito aos mesmos benefícios.

No que se refere a crédito, o incentivo, que financia até 70% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) devido, com juros reduzidos e 15 anos de

carência, foi mantido na forma atual. No entanto, esse benefício corre risco de acabar, pois a proposta da reforma tributária prevê o fim de incentivos vinculados ao ICMS.

Como a tendência é que o Congresso Nacional aprove a proposta dessa forma, o governo do Distrito Federal criou um outro benefício semelhante ao incentivo de crédito, ou seja, um financiamento que tem juros reduzidos, limitação de correção monetária, carência de 15 anos, em valor a ser definido pelas câmaras setoriais. A diferença entre esse incentivo e o de crédito é que há completa desvinculação do valor do ICMS devido pelo empreendimento incentivado.

Em relação aos benefícios fiscais, houve ampliação. Estão mantidas as atuais isenções do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) e do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), na forma de redução de base de cálculo de até 100%. A novidade é a redução de até 100% da base de cálculo do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) para veículos de transporte, por dois anos, e da Taxa de Limpeza Pública (TLP), por cinco anos. Os empresá-

rios poderão usufruir desses benefícios a partir do início da implantação do projeto.

O Pró-DF II também terá recursos para promover cursos e treinamentos gerenciais e profissionais aos empregados e administradores das empresas que aderirem ao programa. A implementação e coordenação dos cursos e treinamentos ficarão sob a responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do DF.

Em relação à preservação ambiental, o programa estabelece que empreendimentos que priorizem projetos voltados para a preservação ambiental terão benefícios maiores em comparação com outros que obtenham pontuação ou enquadramento similar.

CÂMARAS

A proposta enviada na última terça-feira à Câmara Legislativa determina a instituição de três câmaras setoriais: uma para agricultura e indústria; outra para comércio e turismo; e a terceira, direcionada a serviços. Haverá ainda duas câmaras transversais, que integrarão o trabalho das câmaras setoriais, cuidando da capacitação gerencial e profissional e do acompanhamento e avaliação de em-

preendimentos e da infra-estrutura.

As câmaras setoriais terão a missão de analisar as propostas de empresários interessados no Pró-DF II, desde a carta-consulta até o projeto de viabilidade técnica e econômico-financeira. Já as câmaras transversais examinarão todos os projetos e áreas de desenvolvimento econômico, especialmente em questões relacionadas à formação de mão-de-obra, infra-estrutura, estatísticas, acompanhamento da implantação dos projetos e expedição de atestados de implantação.

"Hoje, somos a oitava economia do país, com um Produto Interno Bruto de R\$ 30 bilhões. Creio que com um pouco mais de esforço e com a consolidação do Pró-DF II poderemos alcançar uma melhor posição. Afinal, temos uma renda per capita de R\$ 14,4 mil por ano. Isso é mais do que o dobro da renda per capita nacional, que é de R\$ 6,4 mil", afirma o secretário de Desenvolvimento Econômico, Lindberg Aziz Cury, que participou do seminário "O Futuro de Brasília – Economia e Desenvolvimento".

Júlio Fernandes



Pesquisa e inclusão digital estão entre as prioridades do programa de tecnologia da informação e comunicações que será desenvolvido no Distrito Federal

Tecnologia a serviço da comunidade

O desenvolvimento do segmento de tecnologia da informação e comunicações (TIC) não se restringe apenas aos incentivos que serão concedidos pelo governo do Distrito Federal (GDF) às empresas do ramo. Segundo o secretário de Desenvolvimento Tecnológico do DF, Afrânio Roberto de Souza Filho, o governo local também pretende incentivar a pesquisa e a inclusão digital. Além disso, o governo do DF articula com os municípios do Entorno o desenvolvimento de programas e projetos de promoção da ciência e da tecnologia.

Segundo o secretário, o Distrito Federal é um dos maiores centros de concentração de mestres e doutores do país. "Atualmente, há 112 mil pessoas matriculadas em cursos de graduação, pós-graduação, mestrado e doutorado no Distrito Federal. Isso nos proporciona uma vocação para o desenvolvimento de pesquisas em vários segmentos, especialmente no de tecnologia", ressalta.

De acordo com Souza Filho, o desenvolvimento tecnológico do Distrito Federal será focado em três setores. Um será na área de biotecnologia, em que serão desenvolvidos projetos de tecnologia voltados para a agropecuária. Outro será o Parque Capital Digital, que será localizado no final da Asa

Impactos socioeconômicos do Pró-Rural		
SOCIAL		
Empregos gerados	Ano	
29.619	1998	
31.382	1999	
33.083	2000	
35.317	2001	
ECONÔMICO		
Valor*	Ano	
R\$ 235,9	1998	
R\$ 297,11	1999	
R\$ 316,52	2000	
R\$ 326,13	2001	
* Em milhões de R\$		
Fonte: Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento		

Norte. O terceiro, o Centro de Excelência em Saúde, ficará ao lado do Parque Capital Digital. "O objetivo desse projeto é fazer com que as empresas hospitalares fiquem ao lado das empresas de tecnologia, para facilitar o

desenvolvimento de projetos no segmento hospitalar", afirma.

MEIO RURAL

O setor agropecuário, assim como outros da economia do Distrito Federal,

recebeu incentivos do governo do Distrito Federal. No caso, por intermédio do Plano de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal (Pró-Rural). O resultado é que, no ano de 2001, o setor gerou 35,3 mil empregos no campo e uma produção agropecuária no valor de R\$ 326,13 milhões. Segundo o secretário de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do DF, Aguinaldo Lélis, esses números também são fruto da aplicação da tecnologia no campo, o que proporciona maior rendimento da produção.

O secretário lembrou que o Distrito Federal, que já conta com expressiva produção de hortaliças e alta produtividade na área de grãos, encontra-se em crescimento na produção de flores, mas ainda tem muito espaço para se desenvolver no ramo de fruticultura. "Esse segmento merece atenção. Hoje, o Distrito Federal ainda importa 60% das frutas que consome", revela o secretário.

Em relação à avicultura, o DF conta hoje com um plantel de cerca de 9 milhões de aves. Conforme o secretário, o ramo movimenta cerca de R\$ 100 milhões por ano. Mensalmente, os avicultores locais produzem 2,5 milhões de frangos para consumo e 30 milhões de dúzias de ovos.